

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.322 - ES (2019/0036753-8)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : HELCIO COSTA
ADVOGADO : BARBARA OLIVEIRA REBULI E OUTRO(S) - ES028126
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INADMITIU O ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CPC/15. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HELCIO COSTA face a decisão do Tribunal Regional Federal da 2.^a Região, que negou seguimento a recurso especial contra acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ARTIGO 1.022 CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO JULGADO. EFEITOS INFRINGENTES. DESPROVIMENTO.

-Trata-se de Embargos de Declaração (fls.623/656), opostos pelo autor HELCIO COSTA, em face de acórdão de fls. 617/619, que julgou improcedente o pedido rescisório,

-O artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil, claramente consagram as quatro hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, tratando-se de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a existência de obscuridade, contradição, omissão, incluindo-se nesta última as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida, e por fim, o erro material.

-Da leitura das razões dos aclaratórios, recurso de caráter vinculado, não se infere quaisquer dos vícios a ensejar a respectiva interposição, subsistindo o nítido caráter infringente nas alegações recursais, porquanto se busca a revisão do acórdão embargado.

-Destarte, a assertiva de que as premissas elencadas são inadequadas, revela, ipso facto, a não conformidade com o manejo dos embargos de declaração, a par de que a questão estribada, no Digesto Processual Civil/73, insere tema inédito, com inobservância do princípio da estabilidade, bem como trazer à colação arestos, que na percepção da parte, são desbordantes da parte controvertida, mais uma vez, indica o caráter modificativo, que se almeja, desbordando o âmbito deste recurso.

-No caso, o Supremo Tribunal Federal possui entendimento reiterado no sentido de que os embargos de declaração não se prestam à rediscussão do assentado no julgado, em decorrência de inconformismo da parte Embargante (STF, Tribunal Pleno, ARE 913.264 RG.EDED/DF, Rel. Min. Edson

Fachin, julgado em 24/03/2017. DJe 03/04/2017).

-Verifico que a parte embargante, a pretexto de sanar suposta omissão, busca apenas a rediscussão da matéria, na medida que foi a parte autora condenada nas despesas processuais, e em honorários advocatícios, observado o artigo 98, §3g, do CPC, respeitando a gratuidade de justiça deferida, não ocorrendo, assim, a omissão alegada.

-Ressalto que o NCPC, Lei nº 13.105/15, positivou, em seu art. 1.025, a orientação jurisprudencial segundo a qual a simples oposição de embargos de declaração é suficiente ao prequestionamento da matéria constitucional e legal suscitada pelo embargante, viabilizando, assim, o acesso aos Tribunais Superiores.

-Sob outro prisma, o mesmo dispositivo também passou a dar sustentação à tese doutrinária de que, mesmo quando opostos para fins de prequestionamento, os embargos somente serão cabíveis quando houver, no acórdão embargado, erro material, omissão, contradição ou obscuridade. Caso nenhum destes vícios esteja presente, os embargos que tenham sido inadmitidos ou rejeitados não servirão para abrir a via do recurso extraordinário ou especial - Recurso desprovido.

- Recurso desprovido.

O Tribunal de origem entendeu pela inadmissibilidade do recurso especial, sob os fundamentos de ausência de comprovação de dissídio jurisprudencial (Súmula 83/STJ) e impossibilidade de reexame do acervo fático-probatório, em sede especial (Súmula 7/STJ).

Da decisão a parte interpôs agravo, objetivando a subida do recurso especial, alegando, em síntese: a) omissão do acórdão no que diz respeito à alegação de prescrição das condutas imputadas como ímprobas; b) a revelia do réu no julgamento do processo originário; c) ausência de demonstração de prejuízo ao Erário, na origem.

É o relatório. **Decido.**

Da análise da petição do agravo infere-se que o ora agravante deixou de impugnar, especificamente, os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, quais sejam, incidência das Súmulas 83/STJ e 7/STJ. De fato, a ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que não admitiu o especial impede o conhecimento do agravo em recurso especial, nos termos do que dispõe o art. 932, III, do Novo Código de Processo Civil/2015 e no art. 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016). Nesse sentido:

RECURSO FUNDADO NO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. SÚMULA 83/STJ. FALTA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO AUTÔNOMO DA DECISÃO QUE INADMITE O RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO.

1. É inviável o conhecimento do agravo em recurso especial quando a decisão que não admitiu o recurso especial se baseia na incidência da Súmula 83/STJ como fundamento autônomo e suficiente para sua manutenção, e o agravante deixa de impugná-lo especificamente, limitando-se a repisar os argumentos expendidos nas razões do recurso especial. Aplicação, por

analogia, da Súmula 182/STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida.").

2. Na espécie, como o recurso especial foi inadmitido tendo por base a Súmula 83/STJ, caberia ao recorrente demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.254.077/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

3. Não se mostra possível analisar, em sede de agravo interno, matéria não suscitada oportunamente nas razões de agravo em recurso especial, por se tratar de inovação recursal.

4. Agravo interno conhecido em parte para, na parte conhecida, negar-lhe provimento (AgInt no AREsp 889.040/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 10/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS SEUS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA.

1. A teor do disposto nos arts. 544, § 4º, I, do CPC/1973 e 932, III, do CPC/2015, compete à parte agravante infirmar especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, sejam eles autônomos ou não, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge contra todos eles.

2. Hipótese em que a recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão agravada.

3. Agravo interno desprovido, com aplicação de verba honorária recursal, cuja exigibilidade, no entanto, ficará suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC/2015 (AgInt no AREsp 944.917/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 25/11/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO QUE INADMITIU O ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO.

1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão que não admitiu o especial impede o conhecimento do agravo em recurso especial, nos termos do que dispunha o art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, normativo esse que também faz parte do contido no art. 932, III, do Novo Código de Processo Civil/2015 e no art. 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016).

2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 822.440/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 28/10/2016).

Ante o exposto, **não conheço do agravo.**

Frente a tal decisão, dou por prejudicado o pedido de tutela cautelar para suspensão do trâmite do recurso especial (fls. 885/930).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

